



Simulado Final

TCE RR

AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO
PÓS-EDITAL

Simulado

Simulado Final TCE-RR (Auditor Substituto de Conselheiro)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor Substituto de Conselheiro do TCE-RR**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/c3hMFvWhepPPZHSy8>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE | 81 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE | 82 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE | 83 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE | 84 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE | 85 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE | 86 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE | 87 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE | 88 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE | 89 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE | 90 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE | 91 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE | 92 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE | 93 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE | 94 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE | 95 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE | 96 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE | 97 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE | 98 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE | 99 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE | 100 - ABCDE |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Tt34>

MÓDULO I
CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Felipe Luccas

01. Todas as frases abaixo mostram ações futuras.

Assinale a frase em que os termos destacados indicam, respectivamente, **tempo anterior** e **tempo posterior**.

- a) Assim que você **tiver terminado** sua tarefa, nós **partiremos** para o evento.
- b) O rio **alargará** suas margens após **cessar** a chuva da manhã.
- c) Nós **resolveremos** os detalhes do projeto quando o chefe **concordar** com as propostas.
- d) Quando **passearmos** pelo centro à tarde, **devemos ter estacionado** o carro.
- e) Clara **poderá relatar** em breve o que ela **tiver experimentado** durante o intercâmbio.

02. Leia a frase abaixo:

O maior pecado que uma sociedade comete em relação à Natureza é explorá-la sem nunca lhe poupar os recursos.

Assinale a afirmativa adequada em relação à sua estruturação ou significado.

- a) Os pronomes “la” e “lhe” não se referem ao mesmo antecedente.
- b) O termo “uma sociedade” tem significado universal.
- c) Há um erro no emprego da crase em “à natureza”.
- d) Em lugar de “lhe poupar” deveria estar escrito “poupá-la”.
- e) Na frase deveria estar escrito “explorar-lhe” e não “explorá-la”.

03. A partir da frase "O maior pecado que uma sociedade comete em relação à Natureza é explorá-la sem nunca lhe poupar os recursos", analise as inferências abaixo e identifique a alternativa incorreta.

- a) A frase sugere que a exploração indiscriminada dos recursos naturais é um grande problema ético da sociedade.
- b) O texto apresenta uma crítica à ausência de ações sustentáveis na relação entre sociedade e Natureza.
- c) Há uma personificação da Natureza, que é tratada como algo que merece respeito e cuidado.
- d) O uso do termo "maior pecado" evidencia um juízo de valor, indicando gravidade na ação de explorar a Natureza sem limites.
- e) O texto sugere que é impossível explorar os recursos naturais de maneira responsável, pois a humanidade só pensa em lucro.

04. Em cada opção a seguir há um conjunto de quatro palavras. Assinale a opção em que há uma palavra que não pertence à mesma família das demais.

- a) corpo / corpóreo / corporal / corpete;
- b) flor / florido / floresta / floral;
- c) pedra / pedreira / pedroso / petróleo;
- d) casa / casebre / caseiro / casar;
- e) linha / alinhamento/ linear / linhagem.

05. As frases abaixo mostram elementos sublinhados. Assinale a frase que mostra um elemento que indica a participação do autor do texto na mensagem veiculada.

- a) O contrato pode prever um serviço, desde que seja possível.
- b) Os indicadores econômicos estão melhores neste semestre.
- c) Novas tecnologias suscitam questões éticas relevantes.
- d) O governo assegurou que não haveria novos impostos.
- e) Felizmente, a economia da Argentina está se recuperando.

06. Os incêndios são de longe os desastres mais devastadores. São labaredas de fogo de uma tal intensidade, que, em sua propagação, florestas podem ser consumidas como papel, e edificações podem ruir em questão de minutos. Incêndios devastaram Los Angeles em dias e destruíram a Catedral de Notre-Dame em horas. Felizmente, os incêndios (denominados “fogos” por muitos) podem ser contidos com técnicas apropriadas.

Assinale a afirmação **errada** sobre esse fragmento textual.

- a) Trata-se de um texto formulado por alguém que é possuidor de uma informação.
- b) A explicação entre parênteses mostra a preocupação com a clareza da instrução.
- c) Os exemplos citados sobre a violência do fogo demonstram preocupação explicativa.
- d) A estrutura narrativa é mostrada pela sucessão cronológica das ações citadas como exemplos.
- e) Após o primeiro período, há justificativas para a afirmação inicial contida nesse período.

07. Os incêndios são de longe os desastres mais devastadores. São labaredas de fogo de uma tal intensidade, que, em sua propagação, florestas podem ser consumidas como papel, e edificações podem ruir em questão de minutos. Incêndios devastaram Los Angeles em dias e destruíram a Catedral de Notre-Dame em horas. Felizmente, os incêndios (denominados “fogos” por muitos) podem ser contidos com técnicas apropriadas.

O texto acima, considerando sua tipologia, deve ser classificado como

- a) dissertativo, com elementos de argumentação;
- b) narrativo, com elementos de descrição;
- c) expositivo, com elementos de injunção;
- d) narrativo;
- e) argumentativo.

08. Assinale a alternativa em que o par de palavras apresenta uma relação lógico-semântica distinta das demais.

- a) barbearia / estabelecimento;
- b) lince / felino;
- c) camionete / automóvel;
- d) depressão / emoção;
- e) rádio / tecnologia.

09. Assinale a frase em que não exista uma relação de oposição marcada por antônimos.

- a) Na ausência de coragem, o medo domina.
- b) A escuridão só cede espaço à luz com o tempo.
- c) Quem vive no presente não se perde no passado.
- d) A prudência evita riscos e exageros insensatos.
- e) Não julgue o forte por sua fragilidade.

10. Assinale a frase em que a relação entre os dois segmentos é, respectivamente, de causa e consequência.

- a) "A vida é 10% o que acontece com você e 90% como você reage a isso." — Charles R. Swindoll
- b) "A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo." — Nelson Mandela
- c) "Não é a carga que o derruba, mas a maneira como você a carrega." — Lou Holtz
- d) "A persistência é o caminho para ter êxito." — Charles Chaplin
- e) "A única maneira de fazer um ótimo trabalho é amar o que você faz." — Steve Jobs

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

11. Considere verdadeira a afirmação:

"Nenhum servidor do TCE RR é perfeito".

Observe, a seguir, três conclusões da afirmação dada:

- 1. Se Joaquim não é servidor do TCE RR, então é perfeito.
- 2. Se Joaquim é perfeito, então não é servidor do TCE RR.
- 3. Se Joaquim não é perfeito, então é servidor do TCE RR.

Denotando por V uma conclusão verdadeira e por F uma conclusão falsa, para as três conclusões dadas, temos, respectivamente,

- a) V, V, V.
- b) F, V, V.
- c) F, F, V.
- d) F, V, F.
- e) V, F, F.

12. Assinale a alternativa que corresponde à negação da afirmação a seguir:

"Todo servidor do TCE RR é estudioso e esforçado".

- a) "Todo servidor do TCE RR não é estudioso ou esforçado."
- b) "Todo servidor do TCE RR não é estudioso e esforçado."
- c) "Existe servidor do TCE RR que não é estudioso ou é esforçado."
- d) "Existe servidor do TCE RR que não é estudioso e não é esforçado."
- e) "Existe servidor do TCE RR que não é estudioso ou não é esforçado."

13. O sindicato dos servidores do TCE RR está fazendo uma campanha, entre seus filiados, para arrecadar fundos destinados a uma nova pintura na sede. Contatados 60% dos filiados, verificou-se que se havia atingido 75% da quantia necessária para a pintura, e que a contribuição média correspondia a R\$ 120,00 por filiado contatado. Então, para completar exatamente a quantia necessária para a pintura, a contribuição média por filiado, entre os filiados restantes ainda não contatados, deve ser igual a

- a) R\$ 50,00
- b) R\$ 60,00
- c) R\$ 80,00
- d) R\$ 100,00
- e) R\$ 120,00

14. Um bônus de R\$ 1.664,00 será dividido entre os vendedores A e B de uma loja de forma inversamente proporcional ao número de clientes insatisfeitos com os atendimentos deles. Se a razão entre o número de clientes insatisfeitos com os vendedores A e B é $\frac{3}{5}$, então o vendedor A receberá a quantia de:

- a) R\$ 227,40
- b) R\$ 624,00
- c) R\$ 998,40
- d) R\$ 1.040,00
- e) R\$ 1.071,40

15. Cinco equipes de beach tennis (A, B, C, D, E) disputaram um torneio. Sobre a pontuação final de cada equipe sabe-se que:

- A fez mais pontos que E e C
- B fez mais pontos que A e D
- E fez mais pontos que C
- D fez mais pontos que A ou C

A partir dessas informações, pode-se afirmar que a equipe campeã foi

- a) A
- b) B
- c) C
- d) D
- e) E

16. Considere o percurso representado parcialmente no sistema de coordenadas a seguir:



Ao percorrer um comprimento de 200 unidades ao longo desse percurso a partir da origem, o ponto final será:

- a) (84; 0)

- b) (85; 0)
- c) (85; 1)
- d) (86; 1)
- e) (86; 2)

17. Em uma entrevista com 900 pessoas sobre a preferência entre dois produtos A e B, verificou-se que: 460 gostam do produto A, 660 gostam do produto B e 60 não opinaram. Pode-se concluir que o número de pessoas que gostam somente de um dos produtos é:

- a) 140
- b) 280
- c) 400
- d) 560
- e) 620

18. A soma dos ângulos internos de um polígono regular é igual a 2340° . Nesse caso, cada ângulo externo desse polígono é igual a:

- a) 14°
- b) 18°
- c) 20°
- d) 26°
- e) 30°

19. Para entrar em território americano, três brasileiros, três mexicanos e quatro bolivianos devem formar uma única fila, de modo que pessoas de uma mesma nacionalidade estejam sempre juntas. O número de maneiras distintas de se formar essa fila é:

- a) 864
- b) 2.520
- c) 5.184
- d) 6.250
- e) 8.640

20. Uma urna contém fichas numeradas de 1 a 20. Ao retirar aleatoriamente uma ficha da urna, a probabilidade de ela apresentar um número maior do que 15, dado que tal número é ímpar, é:

- a) 10%
- b) 15%
- c) 20%
- d) 25%
- e) 30%

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA)

Emerson Bruno

21. Com base na Constituição do Estado de Roraima, no que se refere ao Poder Executivo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Poder Executivo é exercido pelo Governador do Estado com auxílio da Assembleia Legislativa.
- b) Nenhum Projeto de Lei que implique a criação ou o aumento de despesa pública será sancionado sem que dele conste a indicação dos recursos disponíveis próprios, para atender aos novos encargos.
- c) Nos dois anos posteriores ao término do exercício do mandato, o Governador terá direito à segurança policial militar ou civil, à sua escolha, com o efetivo máximo de três homens.
- d) Os Secretários de Estado serão escolhidos entre brasileiros maiores de dezoito anos e no exercício dos direitos políticos.
- e) É da competência privativa do Governador do Estado de Roraima, conforme determinação da Constituição daquele estado, a iniciativa de Leis que disponham sobre estabelecer limites globais para o montante da dívida mobiliária do Estado e dos Municípios.

22. Com base na Constituição Estadual, no que se refere ao Poder Judiciário, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima é composto por, no mínimo, 11 (onze) Desembargadores.
- b) O juiz pode exercer cargo ou função cumulada de magistério, bem como dedicar-se à atividade político-partidária.
- c) Um terço das vagas nos tribunais de justiça é reservado a advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e a membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira.
- d) Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia financeira, mas não administrativa.
- e) Os juízes gozam de inamovibilidade, salvo por interesse público.

**LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (LEI ORGÂNICA E
REGIMENTO INTERNO DO TCE-RR)**

Herbert Almeida

23. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, pode-se afirmar, sobre os conselheiros-substitutos, que:

- a) por todo o período em que o conselheiro titular se mantiver afastado do exercício do cargo, o conselheiro-substituto, inclusive em suas férias, permanecerá convocado.
- b) compete ao conselheiro-substituto emitir votos nos processos em que atuar como relator, desde que esteja atuando em caráter permanente junto ao Tribunal Pleno e à câmara para a qual for designado.
- c) os conselheiros-substitutos somente poderão exercer funções ou comissões na Secretaria do Tribunal quando designados pelo Presidente do TCE.
- d) o cargo de conselheiro-substituto depende de indicação do governador do Estado, após aprovação na Assembleia Legislativa.
- e) depois de empossado no cargo, o conselheiro-substituto só o perderá por sentença judicial transitada em julgado.

24. Após a concessão do contraditório e da ampla defesa a João, no âmbito de processo de julgamento de contas, o Tribunal de Contas reconheceu a prescrição do feito. Nesse caso, pode-se afirmar que a decisão do Tribunal tem natureza de decisão:

- a) terminativa, que deverá ordenar trancamento das contas;
- b) definitiva, sendo certo que a legislação reconhece a prescrição punitiva e ressarcitória no prazo de cinco anos.
- c) definitiva, porém sem resolução de mérito.
- d) preliminar, determinando a constituição de tomada de contas especial para investigações.

e) preliminar, ficando as contas sobrestadas pelo prazo de cinco anos.

25. O Tribunal de Contas de Roraima iniciou um procedimento para examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos a sua jurisdição. Serão analisados aspectos pertinentes à contabilidade, ao direito financeiro, ao planejamento e à execução orçamentária e ao controle patrimonial. Nesse caso, pode-se afirmar que o procedimento em questão é um(a):

- a) auditoria de conformidade.
- b) levantamento.
- c) inspeção.
- d) monitoramento.
- e) auditoria operacional.

26. Acerca da tomada de contas especial, é correto afirmar que:

- a) toda tomada de contas especial deverá ser remetida, assim que concluída, ao Tribunal, após as apurações cabíveis.
- b) o processo de tomada de contas especial será apensado às contas anuais do responsável, para julgamento em conjunto.
- c) na ocorrência de irregularidade sem que se caracterize má-fé de quem lhe deu causa, se o dano for imediatamente ressarcido, a autoridade administrativa adotará a tomada de contas especial simplificada.
- d) se o dano ao erário for cometido por prefeito municipal, na função de ordenador de despesas, a tomada de contas especial será instaurada pelo responsável do órgão de controle interno.
- e) denomina-se fase interna a fase de julgamento da tomada de contas especial, que deverá ocorrer perante o Tribunal de Contas.

27. O Tribunal de Contas de Roraima emitiu parecer prévio propondo a rejeição das contas do prefeito do município Alfa. Nesse caso, é correto afirmar que o prefeito poderá recorrer mediante:

- a) agravo de instrumento;
- b) recurso rescisório;
- c) pedido de reexame;
- d) recurso ordinário;
- e) embargos de declaração.

28. Sobre as câmaras do Tribunal de Contas de Roraima, é correta afirmar que:

- a) As câmaras são compostas de quatro conselheiros cada.
- b) Compete às câmaras a emissão de parecer prévio dos prefeitos municipais.
- c) Não é permitida a permuta voluntária de conselheiros, de uma para outra Câmara, em razão do princípio do juiz natural.
- d) A composição das câmaras será definida pelo Presidente do TCE, cujo ato será aprovado pela maioria dos membros do Plenário.
- e) Na ausência ou impedimento de um dos membros da Câmara, e na ausência do conselheiro-substituto, a sessão será remarcada para a próxima data disponível.

29. Elvis é prefeito municipal e está em dúvida sobre a aplicação de dispositivo da Lei de Licitações. Após procurar a sua assessoria jurídica, Elvis ficou sabendo que poderia formular consulta direcionada ao Tribunal de Contas de Roraima. Sobre as consultas, é correto afirmar que:

- a) as respostas às consultas terão natureza de instrução normativa.
- b) o prefeito municipal não goza de legitimidade para formular consultas.
- c) a consulta deve ser formulada em tese, vedada, em regra, a citação de caso concreto.

d) as decisões proferidas pelo Tribunal em processo de consulta terão caráter normativo, constituindo julgamento do fato concreto.

e) as consultas não podem versar sobre matéria objeto de auditoria e inspeção em curso no órgão ou entidade consulente.

30. Marcão é Secretário de Estado e está sendo acusado de diversas irregularidades. Os fatos foram comunicados ao TCE RR, que designou uma equipe de autoria para o local. Todavia, Marcão adotou diversas medidas para impedir a fiscalização. Como consequência, os servidores do Tribunal informaram os fatos à Corte de Contas. Nessa situação, o Tribunal de Contas poderá:

- a) determinar cautelarmente o afastamento temporário de Marcão.
- b) julgar, em definitivo, as contas de Marcão.
- c) inabilitar Marcão para o exercício de cargo em comissão, no prazo de até dez anos.
- d) imputar débito a Marcão, independentemente da apuração, diante do impedimento da ação fiscalizatória.
- e) comunicar o fato à Câmara Municipal, que terá a prerrogativa de afastar Marcão, uma vez que o Tribunal não poderá exercer as suas atribuições nesse caso.

MÓDULO II
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

31. Deste princípio se extrai a ideia de que nas resoluções de problemas jurídico-constitucionais deverá ser dada primazia aos critérios que favoreçam a integração política e social, produzindo um efeito conservador da unidade da Constituição. Este princípio é profundamente associado ao da unidade, sendo também derivado da interpretação sistemática.

A descrição acima diz respeito ao:

- a) Princípio da força normativa
- b) Princípio da máxima efetividade
- c) Princípio da unidade da Constituição
- d) Princípio da concordância prática
- e) Princípio do efeito integrador

32. Determinado servidor público do Poder Executivo Federal teve a sua aposentadoria concedida. Após seis anos da data em que o ato inicial de concessão da aposentadoria chegou à Corte de Contas, o Tribunal anulou a aposentadoria do servidor, devido a incorreções na concessão. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) O ato de concessão inicial da aposentadoria chegou ao Tribunal de Contas há mais de cinco anos, de forma que não poderá a Corte de Contas, com base no princípio da segurança jurídica, anular a aposentadoria.
- b) Cabe ao Tribunal de Contas exercer o papel fiscalizatório, podendo anular a qualquer tempo os atos administrativos, ainda que estes resultem efeitos favoráveis aos destinatários. Assim, a decisão de anulação da aposentadoria do servidor é válida.
- c) O Tribunal de Contas poderá anular a concessão da aposentadoria do servidor público, desde que o

faça até dez anos após a concessão, prazo este estabelecido com base no princípio da segurança jurídica.

- d) Cabe ao Tribunal de Contas exercer o papel fiscalizatório, podendo anular atos administrativos, desde o faça no prazo máximo de cinco anos, exceto nos casos de concessão de aposentadoria, que podem ser revistos a qualquer tempo. Assim, a decisão de anulação da aposentadoria do servidor é válida.
- e) O Tribunal de Contas poderá anular a aposentadoria, desde que atenda aos princípios da ampla defesa e contraditório.

33. Um programa jornalístico decidiu criar um quadro em que relembra casos criminais famosos. Ao exibir uma reportagem sobre determinado crime, os familiares da vítima sentiram-se constrangidos e requereram judicialmente a retirada imediata da reportagem e o pagamento de uma indenização, tudo com base no direito ao esquecimento. Acerca do caso, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que.

- a) O Supremo Tribunal Federal entende que o direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição, pois afronta a liberdade de expressão.
- b) O Supremo Tribunal Federal entende que o direito ao esquecimento é recepcionado pela Constituição, com fundamento nos princípios da intimidade, vida privada e honra.
- c) O direito ao esquecimento é direito fundamental, não podendo ser suprimido em nenhuma hipótese, devido a sua relação com a dignidade da pessoa humana.
- d) O Supremo Tribunal Federal reconhece o direito ao esquecimento como regra, havendo exceção apenas em casos que envolvam interesse público notório.
- e) O Supremo Tribunal Federal reconhece o direito ao esquecimento apenas nos casos em que envolvam abuso sexual ou violência doméstica e familiar.

34. Com o propósito de estabelecer medidas reguladoras da economia, o Presidente da República editou medida provisória (MP) para aumentar a alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para compra de moeda estrangeira. A MP foi imediatamente enviada ao Congresso Nacional, com a devida justificativa de relevância e de urgência. A medida não passou por comissão e foi levada diretamente ao Plenário da Câmara dos Deputados para votação, tendo sido aprovada, sem modificação, pela metade mais um dos presentes, sendo certo que a maioria absoluta dos parlamentares estava na sessão. No Senado, foi aprovada por maioria simples em um só turno. Em seguida, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional fez a promulgação. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva incorreta.

- a) A medida provisória foi rejeitada pelo Senado Federal, uma vez que o quórum exigido para a sua aprovação é o de maioria absoluta.
- b) A MP deveria ter sido analisada por comissão mista antes de seguir ao Plenário da Câmara dos Deputados, motivo pelo qual o vício formal apresentado é suficiente para gerar a declaração de inconstitucionalidade da lei promulgada.
- c) No processo legislativo da medida provisória, a Casa Iniciadora deve ser necessariamente a Câmara dos Deputados.
- d) Medidas provisórias aprovadas pelo Congresso Nacional, sem modificação, não se submetem à sanção e nem veto.
- e) A nova alíquota do IOF pode ser aplicada imediatamente, uma vez que a medida provisória tem força de lei e o citado imposto não se sujeita à cláusula de anterioridade tributária.

35. O controle de constitucionalidade é um mecanismo importante para garantir a conformidade das normas jurídicas com a Constituição Federal. No direito constitucional brasileiro, aponte qual das alternativas descreve corretamente o controle de constitucionalidade difuso.

- a) É o controle realizado por qualquer juiz ou tribunal no julgamento de casos concretos, podendo declarar a inconstitucionalidade de uma norma e afastá-la do caso específico.
- b) É o controle exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em ações diretas de inconstitucionalidade, com efeito vinculante para todos os órgãos do poder público.
- c) É o controle realizado somente pelo Congresso Nacional durante o processo legislativo, para verificar a compatibilidade de projetos de lei com a Constituição.
- d) É o controle que só pode ser exercido pelo Presidente da República, que pode vetar leis por inconstitucionalidade.
- e) É o controle exercido pelos Tribunais de Contas, que avaliam a conformidade das leis orçamentárias com a Constituição.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

36. No que se refere ao controle das contratações públicas segundo a disciplina da Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) A legislação prevê, como mecanismo de governança, que as contratações públicas sejam submetidas a práticas descontinuadas de gestão de riscos e de controle repressivo.
- b) A legislação exige que as contratações públicas sujeitar-se-ão a três linhas de defesa, fazendo parte da segunda linha o órgão central de controle interno da Administração.
- c) Ao suspender cautelarmente o processo licitatório, o tribunal de contas deverá pronunciar-se definitivamente sobre o mérito daquela irregularidade no prazo de 25 dias úteis, prorrogável por igual período uma única vez.
- d) Em respeito à separação de poderes, não existem regras próprias da Lei 14.133/2021 a respeito do controle legislativo da Administração.
- e) Os tribunais de contas, por questões de independência funcional, estão impedidos de promover eventos de capacitação sobre contratações públicas para servidores públicos que possam se enquadrar como jurisdicionados.

37. Em relação aos atos e à organização administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) A motivação do ato deve conter explicitamente todas justificativas que levaram à sua prática, não podendo haver a mera referência a pareceres, propostas e informações.
- b) Ato válido é aquele que cumpriu todas as etapas para sua formação.
- c) O silêncio administrativo em regra produz efeitos jurídicos.
- d) É desnecessária a licitação no caso de permissão de serviços públicos de transporte coletivo.
- e) A administração está vinculada aos motivos apresentados para a prática do ato, ainda que o ato seja discricionário e sua motivação espontânea.

38. Assinale a alternativa que menciona característica do regime próprio de previdência social (RPPS):

- a) alcance a todos os ocupantes de cargos públicos, mas não de empregos.
- b) alcance a ocupantes de mandatos eletivos.
- c) vedação à adoção de requisitos diferenciados para concessão de benefícios, ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição Federal, a exemplo dos servidores com deficiência.
- d) sujeição a registro pelo tribunal de justiça dos atos de concessão de aposentadoria.
- e) impossibilidade de o regime alcançar agentes públicos exercentes de função de confiança.

39. Segundo disposto na Lei 12.527/2011, a autoridade máxima de cada órgão ou entidade divulgará, em sítio à disposição na internet e destinado à veiculação de dados e informações administrativas:

- a) semestralmente, rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 6 meses.
- b) rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, sendo prescindível sua identificação.
- c) semestralmente, relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos.
- d) anualmente, relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, contendo informações identificadoras de cada solicitante.
- e) extrato com a lista de informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo e dos fundamentos da classificação.

40. A atuação do poder público sujeita-se a diversas formas e instâncias de controle. A respeito deste tema, assinale a alternativa correta:

- a) o controle administrativo no âmbito do Estado de Roraima é desempenhado mediante auxílio do Tribunal de Contas Estadual.
- b) o controle judicial é realizado pelo tribunal de contas no exercício de sua função jurisdicional típica.
- c) o controle judicial avalia a conveniência e a oportunidade da prática do ato administrativo.
- d) o controle administrativo, que pode ser exercido por qualquer dos Poderes, deriva do princípio da autotutela, permitindo a revogação dos atos inconvenientes ou inoportunos e a anulação daqueles que se afigurarem contrários à lei.
- e) órgãos do Poder Executivo sujeitam-se apenas ao controle interno, em respeito à harmonia e separação dos Poderes.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

41. Sobre a evolução da administração pública brasileira, do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático, assinale a alternativa correta:

- a) O modelo pós-burocrático eliminou completamente o uso de regras formais e procedimentos no setor público.
- b) A administração pública gerencial, característica do paradigma pós-burocrático, busca reduzir o controle social para priorizar a eficiência administrativa.
- c) O modelo racional-legal baseava-se na autoridade tradicional, priorizando decisões centralizadas nos gestores de topo.
- d) O paradigma pós-burocrático introduziu práticas voltadas para a eficiência, eficácia e foco nos resultados, mantendo o controle por accountability.

e) No modelo racional-legal, a participação cidadã era o eixo central do processo decisório.

42. A transparência na administração pública está diretamente associada ao conceito de accountability. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- a) A transparência é suficiente, por si só, para garantir a eficiência dos serviços públicos.
- b) A prestação de contas deve ser realizada exclusivamente para órgãos internos de controle, como tribunais de contas.
- c) O acesso à informação pública é um instrumento essencial para fortalecer o controle social e a legitimidade do governo.
- d) O aumento da transparência reduz automaticamente a incidência de corrupção na administração pública.
- e) A transparência substitui a necessidade de mecanismos formais de fiscalização e auditoria.

43. O governo eletrônico (e-Gov) apresenta desafios que precisam ser enfrentados para sua efetividade. Entre esses desafios, destaca-se:

- a) A dificuldade em centralizar todos os serviços públicos em um único portal digital.
- b) A inclusão digital de todas as camadas da população para garantir acesso universal aos serviços públicos.
- c) A resistência dos gestores públicos em adotar tecnologias obsoletas.
- d) A redução dos custos operacionais no curto prazo.
- e) A exclusão de serviços presenciais como alternativa para cidadãos com acesso limitado à internet.

44. A gestão por resultados na administração pública requer, entre outras práticas:

- a) A eliminação de processos de controle social para evitar interferências externas.
- b) A priorização de indicadores qualitativos em detrimento de dados quantitativos.
- c) O estabelecimento de metas claras e o monitoramento contínuo de desempenho.
- d) A centralização das decisões na alta administração para maior eficiência.
- e) A redução da transparência para agilizar a implementação de políticas públicas.

45. No contexto da administração pública gerencial, a accountability horizontal refere-se a:

- a) A responsabilização que ocorre entre instituições do mesmo nível hierárquico, como órgãos de controle e fiscalização.
- b) A prestação de contas diretamente à sociedade, por meio de audiências públicas e relatórios de gestão.
- c) A relação de subordinação entre gestores públicos e seus superiores hierárquicos.
- d) A avaliação de desempenho realizada internamente, sem envolvimento de atores externos.
- e) O controle social exercido por organizações da sociedade civil e cidadãos.

46. Um dos principais problemas enfrentados na implementação de políticas públicas no Brasil é:

- a) A inexistência de arranjos institucionais que promovam a descentralização.
- b) A falta de financiamento de políticas públicas pelo setor privado.
- c) A dificuldade de integração entre os diferentes níveis de governo e atores envolvidos.
- d) A ausência de mecanismos de avaliação de políticas públicas.
- e) A restrição ao uso de tecnologias de informação no processo de gestão pública.

47. O controle social na administração pública pode ser potencializado por:

- a) A utilização de sistemas de informação que garantam transparência e acesso a dados públicos.
- b) A redução da participação cidadã nas decisões governamentais para evitar conflitos.
- c) A centralização das informações nos órgãos de alta gestão para maior controle.
- d) A criação de processos participativos exclusivamente para setores econômicos estratégicos.
- e) A restrição do acesso à informação em nome da eficiência administrativa.

48. No modelo pós-burocrático, a participação cidadã nas políticas públicas é incentivada porque:

- a) Substitui a necessidade de avaliação de desempenho dos gestores públicos.
- b) Garante a centralização das decisões no governo federal.
- c) Promove maior legitimidade, transparência e efetividade nas ações governamentais.
- d) Dificulta a prestação de contas, tornando o processo mais lento.
- e) Reduz a necessidade de utilização de indicadores de desempenho.

49. Os indicadores de desempenho nas políticas públicas devem ser utilizados para:

- a) Justificar cortes orçamentários em programas sociais com baixo desempenho.
- b) Auxiliar no planejamento, monitoramento e avaliação contínuos das políticas públicas.
- c) Substituir completamente a análise qualitativa por métricas quantitativas.
- d) Centralizar a tomada de decisões na alta administração, excluindo o controle social.
- e) Priorizar exclusivamente a eficiência financeira, ignorando os impactos sociais.

50. A implementação de políticas públicas enfrenta desafios como a fragmentação administrativa. Qual estratégia pode reduzir esse problema?

- a) Centralizar todas as decisões em um único nível governamental.
- b) Criar mecanismos de cooperação federativa para integração entre níveis e setores de governo.
- c) Substituir arranjos institucionais descentralizados por estruturas hierárquicas rígidas.
- d) Reduzir a autonomia de estados e municípios na implementação de políticas públicas.
- e) Priorizar exclusivamente políticas de curto prazo para evitar conflitos administrativos.

MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

51. No sistema de juros compostos, uma taxa de $x\%$ ao semestre, com capitalização quadrimestral, corresponde a uma taxa efetiva anual de:

- a) $(1 + 2x/3)^3$
- b) $(1 + x/3)^3 - 1$
- c) $(1 + 2x/300)^3$
- d) $(1 + 2x/300)^3 - 1$
- e) $1 - (1 + 2x/300)^4$

52. A dívida referente à aquisição de um automóvel deverá ser liquidada pelo Sistema de Amortização Constante (SAC) por meio de 48 prestações mensais, a uma taxa de 2% ao mês, vencendo a primeira prestação um mês após a data de aquisição. Se o valor da última prestação é de R\$ 5.100,00, tem-se que o valor da 31ª prestação é igual a

- a) R\$ 5.800,00
- b) R\$ 6.000,00
- c) R\$ 6.400,00
- d) R\$ 6.500,00
- e) R\$ 6.800,00

53. Uma moto, cujo preço à vista é R\$ 20.200,00, é vendida em doze prestações consecutivas, mensais e iguais, sendo a primeira prestação paga no ato da compra.

Se são cobrados juros compostos de 1% ao mês, o valor das prestações, em reais, é aproximadamente

$$\text{Dado: } (1,01)^{-12} = 0,8874$$

- a) 1684
- b) 1778
- c) 1794
- d) 1828
- e) 1896

54. Uma dívida de R\$ 20.000 foi liquidada pelo valor de R\$ 45.000, pagos de uma única vez, dois anos após ter sido contraída.

Nesse caso, no regime de capitalização composta, a taxa anual de juros empregada nesse negócio foi de:

- a) 40%
- b) 42%
- c) 45%
- d) 48%
- e) 50%

55. Um empréstimo no valor de R\$ 80.000,00 deverá ser pago por meio de 5 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a data da concessão do empréstimo. Sabe-se que foi utilizado o Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) com uma taxa de juros compostos de 3% ao mês, encontrando-se R\$ 17.468,00 para o valor de cada prestação. Imediatamente após o pagamento da primeira prestação, se S representa o percentual do saldo devedor com relação ao valor do empréstimo, então

- a) $81\% \leq S < 82\%$
- b) $80\% \leq S < 81\%$
- c) $79\% \leq S < 80\%$
- d) $78\% \leq S < 79\%$
- e) $77\% \leq S < 78\%$

56. Uma população em uma certa região se encontra dividida em três estratos, com tamanhos, $N_1 = 128$, $N_2 = 192$ e $N_3 = 96$. Ao se realizar uma amostragem estratificada proporcional, 16 elementos da amostra foram retirados do primeiro estrato. Indique qual o número total de elementos da amostra.

- a) 36
- b) 48
- c) 52
- d) 64
- e) 72

A tabela a seguir apresenta as probabilidades de, em um certo dia, o time Snipers fazer 0, 1, 2 ou 3 gols em um jogo.

Número de gols	0	1	2	3
Probabilidade	0,4	0,2	0,1	?

57. A média do número de gols é:

- a) 1,2
- b) 1,3
- c) 1,4
- d) 1,5
- e) 1,6

58. A variância do número de gols é:

- a) 1,59
- b) 1,60
- c) 1,61
- d) 1,62
- e) 1,63

Uma amostra aleatória de 9 valores de salários extraída de uma população, considerada normal e de tamanho infinito, apresentou uma média igual a R\$ 800,00 com um desvio padrão igual a R\$ 120,00. Os registros históricos indicam que a média dos salários da população é igual a R\$ 740,00. Deseja-se testar a hipótese, ao nível de significância α , se o valor da média verificada na amostra difere do valor de R\$ 740,00. Seja H_0 a hipótese nula do teste ($\mu = 740$), H_1 a hipótese alternativa ($\mu \neq 740$) e $t_{\alpha/2} > 0$ o quantil da distribuição “t” de Student, no nível de significância α , para testes bicaudais com 8 graus de liberdade. Sabe-se que H_0 foi rejeitada.

59. O valor da variável do teste (t calculado) obtido através da amostra e necessário para comparação com $-t_{\alpha/2}$ e $t_{\alpha/2}$ é igual a:

- a) 1,5
- b) 1,6
- c) 1,7
- d) 1,8
- e) 2,0

60. Diante do texto anterior, pode-se afirmar que:

- a) $t_{\alpha/2} > 1,5$
- b) A um nível de significância β , $\beta < \alpha$, H_0 não teria sido rejeitada
- c) a referência a 8 graus de liberdade está errada, pois deveriam ser 9 graus de liberdade
- d) A um nível de significância β , $\beta > \alpha$, H_0 teria sido rejeitada
- e) o valor do escore reduzido é igual a 2

MÓDULO III CONHECIMENTOS AVANÇADOS

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Carvalho

61. Na matriz de achados, a coluna que registra as medidas preventivas, corretivas, processuais ou materiais que a equipe avalia que devam ser adotadas para os fatos identificados é denominada:

- a) Benefício da Proposta.
- b) Evidências.
- c) Situação Encontrada.
- d) Critério.
- e) Propostas de Encaminhamento.

62. Segundo Baldresca e Carvalho Jr (2019, p. 240-247) as matrizes de achados, de responsabilização e de planejamento são documentos relevantes desenvolvidos em diferentes etapas da auditoria governamental. Sobre os referidos documentos de auditoria, analise as afirmativas a seguir:

- I. A matriz de achados deve registrar o período de exercício das funções e/ou cargos ocupados pelos agentes a quem se imputa determinada irregularidade que configure achado de auditoria;
- II. A matriz de planejamento deve apresentar a descrição das evidências dos Achados de Auditoria;
- III. Na matriz de responsabilização deve ser avaliada a reprovabilidade da conduta do agente, destacando as circunstâncias atenuantes e agravantes.

Está correto o que se afirma em:

- a) I somente.
- b) II somente.
- c) III somente.
- d) I e III somente.
- e) Todas as afirmativas estão incorretas.

63. Os instrumentos de fiscalização são utilizados para operacionalizar as atividades de competência do órgão de auditoria interna e diferenciam-se, especialmente, quanto finalidade da ação de controle. Nesse sentido, os instrumentos de fiscalização podem ser utilizados para:

- I. Conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais;
- II. Suprir omissões e lacunas de informação, esclarecer dúvidas, apurar a legalidade, a legitimidade e a economicidade de atos e fatos específicos praticados por qualquer responsável, bem como para apurar denúncias ou representações;
- III. Avaliar, ao longo de um período predeterminado, o desempenho de órgãos e entidades públicas, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais, quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados.

Os instrumentos de que tratam as definições anteriores são denominados, respectivamente:

- a) Inspeção, Complementação e Auditoria de Regularidade.
- b) Inspeção, Levantamento e Monitoramento.
- c) Levantamento, Inspeção e Monitoramento.
- d) Acompanhamento, Monitoramento, Monitoramento.
- e) Levantamento, Inspeção e Acompanhamento.

64. Evidências são documentos e informações que provam a situação encontrada e respaldam as conclusões do auditor. O atributo segundo o qual a quantidade e qualidade das evidências obtidas devem persuadir o leitor de que os achados, conclusões, recomendações e determinações da auditoria estão bem fundamentados é denominado:

- a) Suficiência.
- b) Relevância.
- c) Confiabilidade.
- d) Validade.
- e) Complementariedade.

65. Procedimento de auditoria é um conjunto de exames definidos com a finalidade de obter evidências suficientes, confiáveis, fidedignas, relevantes e úteis, que permitam responder a uma questão de auditoria. Sobre os procedimentos de auditoria, analise as afirmativas a seguir:

- I. A escolha dos procedimentos a serem utilizados para o alcance dos objetivos de auditoria é feita durante a fase de execução da auditoria;
- II. A inspeção consiste na verificação de registros, de documentos ou de ativos, que proporcionará ao auditor a formação de opinião quanto à existência física do objeto ou do item examinado;
- III. A análise documental requer do auditor capacidade de julgamento, de constatação visual e habilidade para perceber eventuais comportamentos e procedimentos destoantes do padrão de execução.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III somente.
- b) I, II e III.
- c) I somente.
- d) II e III somente.
- e) II somente.

66. Ao elaborar o relatório de auditoria, a equipe de auditores comunicou que não foi possível responder a uma questão de auditoria porque, embora tenham empregado diversas técnicas investigativas, as fontes de informação disponíveis não eram suficientes. Nessa circunstância, o relato dos auditores constitui:

- a) Risco de auditoria.
- b) Limitação de auditoria.
- c) Opinião adversa.
- d) Abstenção de opinião.
- e) Situação encontrada.

67. A auditoria no setor público é fundamental para assegurar a correta aplicação dos recursos públicos, promovendo transparência, responsabilidade e boa governança. As auditorias ajudam a prevenir fraudes e desperdícios, fortalecendo a confiança dos cidadãos nas instituições governamentais e garantindo que os recursos sejam utilizados de forma ética e eficaz para o bem coletivo. Relacione os tipos principais de auditoria do setor público estabelecidos na NBASP 100 - Princípios Fundamentais de Auditoria no Setor Público, às suas respectivas definições.

I. Auditoria Financeira

II. Auditoria Operacional

III. Auditoria de Conformidade

() Foca em determinar se um particular objeto está de acordo com normas identificadas como critérios. É realizada para avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada.

() Foca em determinar se intervenções, programas e instituições estão atuando em conformidade com os princípios de economicidade, de eficiência e de efetividade, bem como se há espaço para aperfeiçoamento. O objetivo é responder a questões-chave de auditoria e apresentar recomendações para aperfeiçoamento.

() Foca em determinar se a informação contábil de uma entidade é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável.

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- a) I – II – III.
- b) III – II – I.
- c) III – I – II.
- d) I – III – II.
- e) II – III – I.

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS*Rodrigo Bet*

68. No exercício de suas atribuições como agente da contratação, Roberta recebeu um requerimento de um contratado para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de fornecimento contínuo de materiais hospitalares. O pedido foi fundamentado em alterações promovidas pelo Governo Federal na política tributária, resultando na criação de um novo imposto que impactou diretamente os custos do contrato.

Acerca da situação descrita e considerando a Lei 14.133/2021, é correto afirmar que essa situação caracteriza:

- a) Fato do príncipe, cuja ocorrência justifica a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato para restabelecer as condições originais de execução.
- b) Fato da Administração, cuja responsabilidade recai diretamente sobre o ente contratante, devendo ser realizado o pagamento de indenização ao final do contrato.
- c) Cláusula exorbitante, que não gera impactos financeiros ao contratado, cabendo à Administração decidir sobre eventual modificação contratual.
- d) Risco ordinário do contrato, que deve ser assumido pelo contratado como parte inerente da atividade econômica.
- e) Fato do príncipe, cuja repercussão nos custos contratuais exige comprovação do impacto financeiro somente ao término da execução contratual.

69. A Lei nº 14.133/2021 estabelece que a publicação de contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para sua eficácia. No caso de uma licitação não emergencial, qual é o prazo máximo

para que a publicação ocorra, contado a partir da data de assinatura do contrato?

- a) 10 dias úteis.
- b) 15 dias úteis.
- c) 20 dias úteis.
- d) 10 dias corridos.
- e) 15 dias corridos.

70. Após um desastre natural que resultou na destruição de áreas urbanas do Município Beta, a autoridade municipal realizou uma contratação direta e verbal com a empresa Limpeza Rápida para remoção de escombros em caráter emergencial, pelo valor de R\$ 8.000,00. A contratação ocorreu sem licitação, devido à urgência da situação, e o serviço foi prontamente executado. Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, a respeito da validade da contratação realizada, é correto afirmar que:

- a) A contratação pode ser considerada válida, pois a urgência justifica a dispensa de licitação, todavia carece de convalidação quanto à forma utilizada, pois o contrato deve ser escrito.
- b) Trata-se de contratação lícita e legítima, por se tratar de hipótese de contratação direta por inexigibilidade de licitação, em decorrência das circunstâncias narradas.
- c) A contratação é passível de convalidação se a Administração comprovar a ocorrência de calamidade pública por meio de decreto.
- d) A contratação pode ser considerada válida, pois os serviços contratados foram de pronta execução e pagamento dentro do limite previsto em lei para pequenas compras ou serviços.
- e) A contratação é inválida, devendo sua nulidade ser declarada com efeitos retroativos, ainda que os serviços já tenham sido realizados, exceto se for demonstrado interesse público na continuidade.

71. Uma cidade histórica planeja realizar uma cerimônia de celebração de sua fundação, um evento cultural tradicional na região. A prefeitura, buscando valorizar a festividade, decide contratar um maestro reconhecido nacionalmente por suas contribuições artísticas. Ao avaliar a contratação, verifica-se que o maestro é representado com exclusividade por uma agência, que administra todas as suas apresentações no Brasil. Com base na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) A contratação é caracterizada como licitação obrigatória, pois eventos culturais não estão entre as hipóteses de contratação direta previstas na Lei 14.133/2021.
- b) A inexigibilidade de licitação para eventos culturais só é aplicável quando comprovada a inexistência de outro profissional disponível para o serviço.
- c) A contratação configura uma situação de inexigibilidade de licitação, pois a inviabilidade de competição é comprovada pela exclusividade de representação do maestro e sua notória consagração no setor artístico.
- d) A contratação do maestro é uma hipótese de licitação dispensável, pois a exclusividade da representação não impede a realização do procedimento licitatório.
- e) A contratação deve ser realizada por dispensa de licitação, já que a administração pública tem discricionariedade para decidir se realizará o certame.

72. Durante a execução de um contrato administrativo para a construção de um teatro municipal, a empresa contratada identificou a necessidade de realizar serviços especializados para a instalação de um sistema de iluminação cênica avançado. Para isso, propôs a subcontratação de uma empresa com expertise na área.

Com base na Lei nº 14.133/2021, sobre a possibilidade de subcontratação, é correto afirmar que:

- a) A subcontratação parcial é permitida, e, uma vez aprovada pela Administração, transfere automaticamente ao subcontratado todas as responsabilidades contratuais perante a Administração, isentando a contratada de obrigações.
- b) A subcontratação é permitida, mas exige a autorização da Administração e deve limitar-se a parcelas do objeto contratual, mantendo a contratada a responsabilidade integral pelo cumprimento do contrato.
- c) Em contratos administrativos, é vedada qualquer forma de subcontratação, independentemente da complexidade ou especificidade dos serviços envolvidos.
- d) A empresa contratada pode subcontratar parcela da obra, desde que justificável tecnicamente, e não precisa de autorização prévia da Administração para essa decisão.
- e) A subcontratação integral é permitida apenas em casos de serviços não essenciais ou de caráter acessório, podendo ser realizada livremente pelo contratado.

73. O Estado Beta, após a observância de todas as exigências constitucionais e legais, pretende firmar um contrato de eficiência com a empresa Omega, o qual inclui a realização de investimentos significativos pela contratada, como a instalação de sistemas permanentes de iluminação pública, que ao final do contrato serão incorporados ao patrimônio do ente público.

Com base na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que o contrato a ser firmado poderá ter vigência máxima de:

- a) Dez anos.
- b) Vinte e cinco anos.
- c) Quinze anos.
- d) Trinta e cinco anos.
- e) Vinte anos.

74. Diante da necessidade de construir um viaduto para melhorar o trânsito em uma área urbana densamente povoada, a Prefeitura Beta optou por utilizar o regime de contratação integrada. Nesse contexto, sobre a responsabilidade pelos projetos nesse regime de contratação, escolha a alternativa correta:

- a) A Administração, ao optar pelo regime de contratação integrada, compartilha a responsabilidade pelo projeto executivo com o contratado, para garantir que os requisitos técnicos e financeiros sejam atendidos.
- b) Cabe ao contratado a elaboração de todos os projetos, incluindo o projeto básico e o projeto executivo, a partir das informações constantes do anteprojeto fornecido pela Administração.
- c) A responsabilidade pela elaboração tanto do projeto básico quanto do projeto executivo é da Administração Pública, que deve garantir o planejamento técnico necessário à execução da obra.
- d) A elaboração do projeto executivo é de responsabilidade da Administração Pública, enquanto o contratado deve executar a obra conforme o projeto básico previamente desenvolvido.
- e) A Administração elabora o projeto básico e delega ao contratado apenas a execução do projeto executivo, com base nas especificações do projeto inicial.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

75. Jobson é prefeito municipal e acabou de realizar a sua prestação de contas anual, relativamente aos seus atos de governo e de gestão. O processo foi encaminhado para o Tribunal de Contas do Estado – TCE e, após avaliação da Corte, as contas foram remetidas à Câmara Municipal. Paralelamente,

Jobson foi notificado acerca da instauração de procedimento de tomada de contas especial que tramitava no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, versando sobre irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados ao município em que Jobson era prefeito por meio de convênio interfederativo de repasse de verbas. A tomada de contas especial foi julgada pelo TCU, com aplicação de sanções a Jobson, sendo que tais contas não passaram pelo crivo do legislativo municipal.

Considerando as situações hipotéticas acima, marque a alternativa correta, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF. Considere que o TCE é o órgão técnico que presta o auxílio às câmaras municipais no controle externo municipal.

- a) As contas anuais de governo e de gestão do prefeito deveriam ser julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, cabendo à Câmara Municipal alterar o julgamento mediante dois terços de seus membros.
- b) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, mas subsiste a prerrogativa do Legislativo de alterar o julgamento por meio de dois terços dos seus membros. Por outro lado, as contas de governo e de gestão são julgadas pelo Legislativo, que deverá seguir o parecer vinculante da Corte de Contas estadual.
- c) As contas de governo, de gestão e de convênios interfederativos de repasse de verbas públicas são julgadas pelo Poder Legislativo, mediante quórum de dois terços dos seus membros, cabendo aos tribunais de contas apenas a emissão dos pareceres prévios.
- d) Caso as contas de governo e de gestão não sejam julgadas pelo Legislativo no prazo constitucional, deverá prevalecer o parecer prévio do Tribunal de Contas, por meio do julgamento ficto das contas municipais.
- e) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, sem que haja posterior análise pelo Poder Legislativo; o TCE não tem

competência para julgar as contas de governo e de gestão do prefeito, mas apenas para emitir o parecer prévio; a Câmara Municipal tem competência para julgar as contas de governo e de gestão, sendo imprescindível o quórum de dois terços para contrariar o parecer prévio da Corte de Contas.

76. Joana, servidora ocupante de cargo público efetivo na Administração Pública do Estado Delta, realizou, em junho de 2021, o pedido de sua aposentadoria junto ao seu órgão de lotação. O pedido foi deferido em julho de 2021. Em outubro do mesmo ano, a documentação foi encaminhada e recebida no Tribunal de Contas do Estado Delta. Contudo, em agosto de 2026 o registro da aposentadoria foi negado, sem concessão de direito de defesa.

Considerando essa situação hipotética, marque a opção correta considerando a jurisprudência do STF sobre o tema.

- a) Por se tratar de ato administrativo composto, a concessão de aposentadoria de servidora ocupante de cargo público de provimento efetivo independe de registro no Tribunal de Contas do Estado.
- b) Em agosto de 2026, o TCE ainda poderia negar o registro, uma vez que o prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria conta somente a partir da chegada do processo na Corte de Contas.
- c) Em julho de 2026, houve o registro tácito da aposentadoria, em razão do decurso do prazo de cinco anos desde o deferimento do pedido junto ao órgão de lotação, motivo pelo qual o TCE não teria mais como negar o registro após este prazo.
- d) O Tribunal de Contas do Estado ainda poderia negar a concessão do registro da aposentadoria, mas deveria ter concedido o direito de defesa à Joana.
- e) A partir de outubro de 2026, o TCE ainda poderia negar o registro da concessão inicial de aposentadoria, mas seria obrigado a conceder, a partir desse prazo, o direito de defesa para Joana.

77. Juan Pablo é agente público municipal teve as suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado Gama, que determinou o ressarcimento de danos causados ao erário e simultaneamente aplicou-lhe multa proporcional ao dano. Maria da Silva também é agente do município e foi multada (multa simples) por descumprir determinação do Tribunal de Contas. Os dois não quitaram os débitos, motivo pelo qual houve a necessidade de propor ação de execução no âmbito judicial.

Considerando as situações hipotéticas acima, julgue os itens a seguir.

- a) Todas as ações de execução serão propostas pelo Tribunal de Contas, órgão técnico responsável pela proteção dos recursos públicos.
- b) A cobrança do débito (dano ao erário) será proposta pelo município, enquanto as multas (proporcional ao dano e simples) serão executadas por iniciativa do estado Gama.
- c) A cobrança do débito (dano ao erário) e da multa proporcional ao dano será proposta pelo município, enquanto multa simples será executada por iniciativa do estado Gama.
- d) O Estado e o município são credores solidários de todos os valores, sendo que as ações de execução poderão ser propostas pelas procuradorias de ambos os entes da Federação.
- e) O Ministério Público de Contas poderá propor as ações de cobrança, caso os entes credores (município ou estado) não apresentem as ações no prazo legal.

78. Joana é servidora do Tribunal de Contas do Estado e foi orientada a elaborar um trabalho sobre os princípios de *accountability* e transparência, constantes nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores. O objetivo do trabalho era propor medidas internas ou legislativas para a plena adoção das recomendações da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores – Intosai.

Após terminar os seus estudos, Joana concluiu corretamente que:

- a) para não comprometer os princípios de *accountability* e transparência, as EFS não devem adotar contratos de atividades terceirizadas.
- b) as demonstrações financeiras das EFS são divulgadas e estão sujeitas à auditoria externa independente ou análise parlamentar.
- c) considerando que a auditoria tem um valor democrático, transcendendo o mero controle dos recursos públicos, as EFS devem evitar utilizar indicadores de resultados para avaliar o valor do trabalho de auditoria para o Legislativo, para os cidadãos e para outras partes interessadas.
- d) as EFS tornam públicas as suas conclusões e recomendações resultantes das auditorias, não se admitindo que tais informações sejam consideradas confidenciais por leis e regulamentos especiais.
- e) em virtude de sua autonomia em relação ao Legislativo, as EFS devem evitar um forte relacionamento com as comissões parlamentares relevantes.

79. A administração pública pratica atos administrativos que estão sujeitos ao controle interno e externo. Quanto ao controle exercido pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas, pode-se afirmar que:

- a) os contratos firmados ao final dos procedimentos licitatórios no âmbito da administração podem ser anulados diretamente pelos Tribunais de Contas.

b) é permitida a sustação de atos diretamente pelo Tribunal de Contas, após o não cumprimento, pela administração, da determinação de sanar ilegalidades encontradas na fiscalização.

c) o controle por parte dos Tribunais de Contas é exercido somente após a prática dos atos, na época da prestação de contas dos administradores.

d) ao constatar ilegalidades em editais de licitação, o Tribunal de Contas poderá modificar sua redação, para adequar aos princípios da legalidade e da eficiência.

e) em relação aos atos e contratos, a sustação da execução deverá ser realizada diretamente pelo Congresso Nacional, sem a participação do Tribunal de Contas.

80. Considerando os termos da Constituição Federal e a jurisprudência do STF, marque a opção correta:

a) é constitucional norma local que atribua ao Poder Legislativo o controle das contas dos órgãos que o auxiliam, ou seja, dos tribunais de contas.

b) é constitucional norma local que estabeleça a competência do tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.

c) a Comissão Mista de Orçamento deverá julgar as contas do Presidente da República, no prazo de sessenta dias, a contar do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas da União.

d) a sustação de contratos administrativos poderá ser determinada diretamente pelo Tribunal de Contas da União, no caso de descumprimento de determinações.

e) o Tribunal de Contas poderá determinar a quebra do sigilo bancário de operações de crédito firmadas por bancos estatais com recursos públicos.

81. Sobre a natureza do Tribunal de Contas da União, considerando as disposições jurisprudenciais, doutrinárias e constitucionais, é correto afirmar que:

- a) O TCU é entidade administrativa da União, com natureza de direito público, criado por lei para o desempenho das funções de proteção dos recursos públicos federais.
- b) Segundo o STF, o Tribunal de Contas da União não goza de capacidade processual, nem mesmo para a defesa de suas prerrogativas constitucionais, uma vez que é despido de personalidade jurídica, motivo pelo qual a sua representação deverá ser realizada por intermédio da Advocacia-Geral da União.
- c) Em virtude de sua estatura constitucional, o Tribunal de Contas da União pode recorrer de sentença judicial que invalide as suas decisões.
- d) A Constituição Federal assegura ao Tribunal de Contas da União competência para fiscalizar todos os Poderes da União, até mesmo o Judiciário e o Legislativo, ainda que este último seja o titular do controle externo.
- e) O controle administrativo do Tribunal de Contas da União é realizado pelo Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, nos mesmos moldes como ocorrem os controles realizados pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, sobre as atividades, respectivamente, do Poder Judiciário e do Ministério Público.

AFO + DIREITO FINANCEIRO

Leandro Ravyelle

82. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), instituída pela Lei Complementar nº 101/2000, estabelece normas para a gestão fiscal responsável aplicáveis a todas as esferas de governo no Brasil. A LRF busca assegurar equilíbrio fiscal e saúde financeira nas administrações públicas por meio de limitações ao endividamento, controle de gastos e exigência de planejamento rigoroso.

Com base na Lei Complementar nº 101/2000, avalie as afirmativas a seguir:

- I. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação e suas respectivas entidades da administração indireta, incluindo autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, ainda que para reestruturação de dívida já existente.*
- II. Operações de crédito entre instituições financeiras estatais e outro ente da Federação são permitidas exclusivamente para despesas de capital.*
- III. É vedado ao ente federativo refinar dadas dívidas não contraídas junto à própria instituição recebedora do empréstimo.*

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

83. Os Princípios Orçamentários constituem normas fundamentais que orientam a elaboração, execução e controle do orçamento público, garantindo racionalidade, transparência e eficiência ao processo orçamentário. Presentes na Constituição Federal, em leis infraconstitucionais e na doutrina, são aplicáveis a todos os entes federativos e poderes da República.

Relacione os Princípios Orçamentários abaixo às definições fornecidas:

I. Realismo Orçamentário

II. Equidade Intergeracional

III. Sustentabilidade financeira

IV. Regionalização

() a necessidade de identificação e especificação dos projetos plurianuais (de grande vulto) no PPA, e também uma série de normas que impõe restrições às chamadas programações genéricas, sem beneficiário definido (em especial no caso de transferências voluntárias).

() revela a capacidade financeira de uma nação satisfazer necessidades atuais sem comprometer as futuras. Pretende-se garantir que não se imporá às gerações futuras o ônus financeiro da dívida pública contraída no passado, de maneira que haja uma justa e proporcional distribuição entre diferentes gerações dos benefícios obtidos com a atividade estatal e os custos para o seu financiamento.

() derivado do ideal de equilíbrio fiscal em uma gestão responsável, recomenda que para toda despesa haja uma receita suficientemente bastante para financiá-la, a fim de evitar o surgimento de déficits orçamentários crescentes ou descontrolados, que possam prejudicar as contas públicas presentes e futuras.

() visa coibir os orçamentos considerados “peças de ficção”, que acabam sendo realizados em desacordo com a realidade econômica e social, com base em receitas “superinfladas” e despesas subestimadas ou inexecutáveis.

Assinale a opção que indica a correspondência correta, na ordem apresentada:

a) IV – II – III – I

b) IV – I – II – III

c) I – III – II – IV

d) III – IV – I – II

e) I – IV – III – II

84. Segundo a OCDE, o orçamento é um documento político central do governo, que mostra como a Lei orçamentária anual e o plano plurianual são implementados. Nesse documento, os objetivos serão priorizados e alcançados juntamente com outros instrumentos de política governamental – tais como leis, regulamentação e ação conjunta com outros atores da sociedade. Em outras palavras, o orçamento visa transformar planos e aspirações em realidade e, mais do que isso, o orçamento é um contrato entre os cidadãos e o Estado, mostrando como os recursos são arrecadados e alocados para a prestação de serviços públicos.

Sendo assim, “os 10 princípios orçamentários” materializados por recomendações estabelecidas pela OCDE podem ser sintetizados por regras específicas, a exceção de uma. Assinale-a.

a) Alinhar os orçamentos com as prioridades estratégicas de médio prazo do governo

b) Certificar que o desempenho, a avaliação e a relação custo-benefício sejam partes integrantes do processo orçamentário

c) Conceber o quadro de orçamento de despesas de custeio para atender às necessidades nacionais de desenvolvimento de forma econômica e coerente

d) Assegurar que os documentos e dados do orçamento sejam abertos, transparentes e acessíveis

e) Apresentar uma contabilidade abrangente, precisa e confiável das finanças públicas

85. Um Prefeito Municipal concedeu uma renúncia de receita por meio de redução da alíquota do ISS para o setor de tecnologia, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do município e atrair empresas do setor. No entanto, análises apontam que a concessão não foi acompanhada de medidas compensatórias, conforme exige a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Com base na situação apresentada e nas disposições da LRF, assinale a alternativa que melhor interpreta as implicações legais da renúncia de receita:

- a) A renúncia é válida, pois a redução do ISS, sendo um tributo municipal, é uma prerrogativa do Prefeito, e não há necessidade de medidas compensatórias ou estudos prévios, já que o impacto pode ser absorvido pela arrecadação geral.
- b) A concessão pode ser considerada regular desde que o setor beneficiado demonstre que a renúncia será compensada com a criação de novos empregos e o aumento da arrecadação futura no município, independentemente de adequação e compatibilidade com as metas fiscais definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- c) A medida só será considerada regular se houver demonstração prévia do impacto orçamentário-financeiro para o exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, compatível com as metas fiscais estabelecidas na LDO.
- d) A renúncia pode ser considerada irregular caso as medidas compensatórias não tenham sido previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA), ainda que o impacto tenha sido estimado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- e) A renúncia pode ser validada se o Prefeito justificar que o impacto financeiro será absorvido pelos superávits financeiros acumulados de exercícios anteriores, dispensando a estimativa e inclusão nas metas fiscais.

CONTABILIDADE PÚBLICA E DEMONSTRATIVO FISCAIS

Gilmar Possati

86. Acerca das disposições presentes na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, analise as assertivas a seguir:

- I – Políticas contábeis inadequadas podem ser convalidadas em razão de sua divulgação, seja por meio de notas explicativas ou outra divulgação explicativa.
- II – A entidade deve apresentar, separadamente, os itens de natureza ou função distinta, a menos que não sejam materiais.
- III – Quando da elaboração das demonstrações contábeis, a entidade deve fazer a avaliação da capacidade de continuar em operação. Essa avaliação deve ser feita pela administração da entidade.

Está(ão) Correta(s):

- a) I, apenas
- b) II, apenas
- c) I e III, apenas
- d) II e III, apenas
- e) I, II e III

87. Segundo a NBC TSP 6 – Propriedade para Investimento, a propriedade para investimento deve ser inicialmente mensurada pelo seu custo. As opções a seguir indicam elementos que são reconhecidos no custo da propriedade para investimento, à exceção de uma. Assinale-a:

- a) remuneração profissional de serviços legais
- b) tributos de transferência de propriedade
- c) preço de compra
- d) gastos de início das operações
- e) custos de transação

88. Acerca das disposições presentes na NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, analise as assertivas a seguir:

- I – Os fluxos de caixa referentes aos tributos incidentes sobre o resultado devem ser apresentados separadamente e classificados, em regra, como fluxos de caixa das atividades operacionais.
- II – Os fluxos de caixa agregados decorrentes da aquisição e da alienação de entidades controladas ou outras unidades operacionais devem ser apresentados separadamente e classificados como atividades de investimento.
- III – A entidade deve divulgar os componentes de caixa e equivalentes de caixa e deve apresentar a conciliação dos valores em sua demonstração dos fluxos de caixa com os respectivos itens apresentados no balanço patrimonial.

Está(ão) Correta(s):

- a) I, apenas
- b) II, apenas
- c) I e III, apenas
- d) II e III, apenas
- e) I, II e III

89. À luz das disposições presentes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público sobre o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), assinale a opção correta:

- a) As contas contábeis são divididas em 7 níveis de desdobramento, sendo o primeiro nível o grupo de contas.
- b) O PCASP está estruturado nas seguintes naturezas de informações: orçamentária, patrimonial e financeira.
- c) Para fins de consolidação, há utilização do 5º nível (Subtítulo) das classes de natureza orçamentária e patrimonial do PCASP.
- d) A classe 1 do PCASP, divide-se em dois grupos: ativo circulante e ativo não circulante.
- e) Os entes da Federação não podem detalhar a conta contábil nos níveis posteriores ao nível apresentado na relação de contas do PCASP.

90. O Município Audazes dos Pampas possuía um ativo imobilizado avaliado em R\$ 4.000.000 ao final do exercício de 20X4. Durante o exercício de 20X5, o valor contábil desse imóvel aumentou significativamente em decorrência de uma reavaliação feita pelo setor contábil do município. Com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), esse aumento, em regra, deve ser:

- a) contabilizado diretamente à conta de reserva de reavaliação, no quadro principal do Balanço Patrimonial.
- b) evidenciado em notas explicativas e na demonstração dos fluxos de caixa.
- c) evidenciado como ativo contingente, no quadro das contas de compensação.
- d) diminuir a depreciação acumulada, no quadro principal do Balanço Patrimonial.
- e) reconhecido como variação patrimonial aumentativa, na demonstração das variações patrimoniais.

CONTABILIDADE DE CUSTOS*Marcondes Fortaleza*

91. A empresa industrial MAVIFOR que fabrica e vende um único produto ao preço unitário de venda de R\$ 72, apresentou os seguintes custos e despesas em 2022.

Custos variáveis totais

- Materiais diretos: R\$ 144.000
- Mão de obra direta: R\$ 84.000
- Custos indiretos variáveis: R\$ 12.000
- Custos fixos totais: R\$ 144.000

Despesas de venda e despesas administrativas totais

- Variáveis: R\$ 60.000
- Fixas: R\$ 108.000

Sabe-se que, no período, foram produzidas 10.000 unidades e vendidas 8.000 unidades.

O lucro líquido apurado pelo custeio por absorção será superior ao do apurado pelo custeio variável no exato montante de:

- a) R\$ 26.700,00.
- b) R\$ 27.300,00.
- c) R\$ 28.500,00.
- d) R\$ 28.800,00.
- e) R\$ 30.000,00

92. No mês de setembro de 2022, foi iniciada a produção de 4.000 unidades de um determinado produto na empresa APRENDER S/A. Ao final do mês, 3.000 unidades estavam totalmente concluídas e restaram 1.000 unidades em processo. O percentual de conclusão das unidades em processo é de 60%. O custo total de produção do período foi de R\$ 720.000,00. O Custo de Produção dos Produtos Acabados é:

- a) R\$ 800.000,00.
- b) R\$ 720.000,00.
- c) R\$ 600.000,00.

d) R\$ 500.000,00.

e) R\$ 360.000,00.

93. Marque a alternativa correta:

- a) Estruturas diferenciadas em termos de composição de Custos e Despesas Fixas e Variáveis não provocam diferenciadas condições de resistências e oscilações nos volumes e preços de venda.
- b) Cada vez que ocorre uma alteração no valor dos Custos e Despesas Fixos, o que resultar de acréscimo percentual sobre esse total redundará em igual aumento percentual sobre o ponto de equilíbrio.
- c) Embora tenhamos Custos perfeitamente fixos, não há Despesas perfeitamente fixas.
- d) À medida que aumenta a Margem de Segurança, cresce a Alavancagem Operacional.
- e) A margem de contribuição é um conceito amplamente utilizado no âmbito do Custeio por Absorção.

94. Marque a alternativa correta:

- a) O ponto de equilíbrio contábil consiste na quantidade produzida e vendida em que o resultado é nulo, computados apenas os custos e despesas fixos que geram desembolso.
- b) O ponto de equilíbrio financeiro é aquele em que o lucro contábil apurado na atividade empresarial é igual ao rendimento que seria obtido se o capital aplicado fosse destinado a outra alternativa de investimento.
- c) O ponto de equilíbrio econômico é aquele em que, ao produzir e vender um determinado número de unidades, a indústria apura resultado igual a zero, isto é, não há lucro nem prejuízo.
- d) A margem de contribuição é equivalente a quantidade produzida e vendida acima do ponto de equilíbrio.
- e) Há situações específicas em que quanto mais unidades vendidas, menor o lucro, podendo chegar até ao prejuízo.

95. Um hotel que funciona durante o ano todo (365 dias) possui duzentos quartos. A diária de cada quarto é de R\$ 60, sendo que os custos variáveis unitários são de R\$ 10 por dia. Além disso, os custos fixos do hotel são de R\$ 2,4 milhões ao ano. Assinale a opção que indica a taxa de ocupação do hotel no ponto de equilíbrio contábil.

- a) 66%
- b) 55%
- c) 53%
- d) 33%
- e) 27%

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

96. Considere a seguinte situação hipotética: Tadeu, proprietário de um imóvel urbano alugado para a instituição religiosa Novo Mundo, recebeu uma notificação de cobrança de IPTU referente ao exercício atual. Sabendo que a instituição Novo Mundo utiliza o imóvel exclusivamente para cultos religiosos, de acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) Tadeu é responsável pelo pagamento do IPTU, pois a imunidade não se aplica a imóveis alugados.
- b) A instituição religiosa é isenta do IPTU, mas Tadeu deve pagar o imposto.
- c) Tadeu não deve pagar o IPTU, pois o imóvel goza de imunidade tributária, mesmo sendo locado.
- d) A imunidade tributária aplica-se apenas se o imóvel for de propriedade da instituição religiosa.
- e) Tadeu pode requerer isenção do IPTU junto ao Município, mas não há imunidade constitucional.

97. Com base no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta sobre a isenção tributária:

- a) A isenção, ainda que prevista em contrato, é sempre decorrente de lei.
- b) A isenção pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, ou seja, se for onerosa.
- c) A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.
- d) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- e) A isenção dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído.

98. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre taxas e sua base de cálculo, assinale a alternativa correta:

- a) É inconstitucional a taxa que utiliza a mesma base de cálculo de um imposto.
- b) As taxas podem ter base de cálculo idêntica à dos impostos, desde que instituídas por lei complementar.
- c) É constitucional a taxa que adota um ou mais elementos da base de cálculo de determinado imposto, sem integral identidade entre ambas.
- d) As taxas não podem utilizar nenhum elemento da base de cálculo dos impostos.
- e) A taxa de iluminação pública pode ser cobrada regularmente pelos Municípios.

99. Considerando as súmulas do Superior Tribunal de Justiça sobre o ICMS, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo contribuinte.
- b) O ICMS não incide sobre o serviço de habilitação de telefone celular.
- c) O ICMS incide sobre operações de arrendamento mercantil de coisas móveis.
- d) É ilegal a cobrança de ICMS com base no valor da mercadoria submetido ao regime de pauta fiscal.
- e) O ICMS incide no serviço de provedores de acesso à internet.

100. Sobre as imunidades tributárias e as alterações trazidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () A imunidade relativa a livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão foi ampliada para incluir os maquinários adquiridos pelas gráficas e editoras.
 - () A Emenda Constitucional nº 132/2023 estendeu a imunidade tributária às organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas, inclusive quanto ao imposto sobre transmissão causa mortis e doação.
 - () A imunidade recíproca abrange o imposto sobre a renda incidente sobre proventos de agentes públicos.
- a) V, V, V
 - b) F, V, F
 - c) V, V, F
 - d) F, F, V
 - e) V, F, F

Discursiva 1

Redija uma questão dissertativa sobre as modalidades de licitação apresentadas na Lei 14.133/2021. No seu texto, responda:

- a) Quais as modalidades de licitações apresentadas na referida lei?
 - b) Qual a modalidade que não existia na lei anterior? Apresente seu conceito, hipóteses em que é aplicável e as suas etapas.
-

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

A democracia conforme se entende hoje, assenta-se no exercício do poder soberano pelo povo e na extensão dos direitos de cidadania a todos os indivíduos. Se, anteriormente, os soberanos eram os detentores do poder absoluto sobre seus súditos e somente respondiam por seus atos perante Deus, os representantes políticos nos estados modernos devem responder por seus atos perante o povo que os escolheu. Numa democracia, o voto dado a um representante político não lhe concede poder soberano, mas, tão somente, a obrigação de exercer o poder em nome e em benefício do povo. (Bobbio, 2007).

Essa evolução, no entanto, trouxe consigo novas responsabilidades para a sociedade, que se viu instada a responder por uma dupla obrigação: dos cidadãos, de manter uma estreita vigilância sobre o uso do poder concedido àqueles que foram escolhidos para governá-los; e dos governantes de prestar contas das suas ações aos cidadãos que os escolheram. Daí, um dos problemas mais importantes dos regimes democráticos modernos consiste em desenvolver formas e instrumentos de accountability [...]

Fonte: ROCHA, Arlindo Carvalho. Accountability na Administração Pública: Modelos Teóricos e Abordagens. Universidade do Estado de Santa Catarina.

No Brasil temos alguns marcos legais que vão ao encontro do conceito de accountability. Como principais podemos citar a Constituição Federal de 1988, a Reforma do Aparelho do Estado de 1995 e mais recentemente a Lei de Responsabilidade Fiscal. Diante desses marcos importantes na história democrática brasileira, elabore um texto dissertativo relacionando os mecanismos de controle da accountability à moderna administração pública mencionando, necessariamente, os seguintes itens:

1. Sua definição;
2. Seus tipos;
3. Situação da *accountability* no Brasil.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
